

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data 02/12/2019	Página: 07

Tribuna

Governo Federal começa a pagar R\$ 1,13 bilhões em obras em atraso em todo o país

ESTADÃO

Após meses de reclamações de construtoras por atrasos nos pagamentos, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) vai desembolsar R\$ 1,13 bilhão para colocar em dia as faturas das obras já em andamento, incluindo Minha Casa, Minha Vida e transposição do Rio São Francisco.

O ministro Gustavo Canuto disse ao Estadão/Broadcast, plataforma de notícias em tempo real do Grupo Estado, que a expectativa é quitar de 80% a 100% dos valores devidos já

na próxima semana.

A medida era aguardada pelo setor da construção, que vinha cobrando maior previsibilidade para tocar as obras. A liberação será possível porque, com as receitas do megaleilão de petróleo do pré-sal, o Ministério da Economia desbloqueou todo o Orçamento e editou ontem decreto para elevar os limites de pagamento das pastas.

Segundo o ministro, serão R\$ 499 milhões para a habitação, R\$ 233 milhões para segurança hídrica e R\$ 201 milhões para saneamento. Os demais recursos ser-

virão para quitar contratos de repasse com a Caixa para obras menores (como pavimentação ou calçamento). Algumas dessas estão com atraso superior a 90 dias.

Além do Minha Casa, Minha Vida e da transposição do São Francisco, serão beneficiadas as obras dos BRTs Transbrasil (Rio de Janeiro), de Campinas, de Fortaleza, Linha 9 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Linha 2 do metrô da Bahia, corredores de ônibus e terminais em São José do Rio Preto (SP) e corredores de Santos (SP).

Tribuna

Governo prevê arrecadar R\$ 6,4 bilhões em 2020 com renegociação da dívida ativa

G1

O Ministério da Economia publicou ontem no "Diário Oficial da União" portaria que regulamenta e detalha o processo de renegociação da dívida ativa da União – iniciado com a Medida Provisória do Contribuinte Legal.

A expectativa da área econômica é arrecadar R\$ 6,4 bilhões no ano que vem com essa medida, valor que já consta em mensagem modificativa do orçamento de 2020 encaminhada ao Congresso Nacional.

Tire dúvidas sobre a MP que permite a negociação de dívidas com a União

Pelas regras do parcelamento, o cálculo do desconto vai considerar o

total da dívida do contribuinte, mas o percentual de desconto incidirá somente sobre os acréscimos ao principal da dívida, ou seja, juros, multas e encargos. O desconto nos acréscimos não poderá superar 70% do valor original da dívida.

A portaria estabelece que a regularização fiscal, nessas condições, será permitida para contribuintes que não cometeram fraudes e que possuem débitos considerados irrecuperáveis, ou de difícil recuperação, perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O Ministério da Economia informou que, no caso do parcelamento da dívida ativa, haverá duas modali-

dades de parcelamento: transação por adesão, destinada a devedores com dívidas até R\$ 15 milhões, notificados por edital;

transação individual (proposta pela PGFN ou pelo devedor), esta com prazo já aberto, é destinada a grandes devedores (com débitos acima de R\$ 15 milhões).

Ficou estabelecido que débitos do Simples Nacional, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), multas qualificadas e tribunaís não poderão ser objeto desse parcelamento.

De acordo com a PGFN, a cobrança do débito fica suspensa enquanto perdurar o acordo para o parcelamento.

Governo federal registra superávit de R\$ 8,7 bilhões em outubro. Bom desempenho

CORREIO BRAZILIENSE

Em outubro de 2019, o resultado primário do governo central (resultado de todas as receitas menos as despesas do governo) teve superávit de R\$ 8,7 bilhões, em valores nominais. O valor é inferior ao registrado no mesmo mês do ano passado, que foi de superávit de R\$ 9,5 bilhões, em 2018. No acumulado do ano, até outubro, o saldo negativo foi de R\$ 63,8 bilhões, abaixo dos R\$ 72,3 bilhões, do mesmo período de 2018, de acordo com dados apresentados pelo Tesouro Nacional. "Trata-se de uma melhora de 14,9%, em termos reais, sendo ainda o melhor resultado para os dez primeiros anos desde 2016", enfatiza o Tesouro.

De acordo com o documento, o Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 22,7 bilhões, enquanto a Previ-

dência Social (RGPS) teve déficit de R\$ 13,2 bilhões.

O resultado, segundo o relatório, está dentro das expectativas da Pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que era de um resultado superavitário de R\$ 8,6 bilhões para o mês. A piora em outubro, no confronto com o mesmo mês de 2018, teve vários motivos.

"Se deveu, principalmente, à redução de R\$ 1,1 bilhão das receitas líquidas, em termos reais. Essa variação é explicada em sua maior parte, pelas reduções de R\$ 3 bilhões na Cofins, R\$ 2 bilhões, em outras receitas administradas, R\$ 1,6 bilhão na receita de exploração de recursos naturais e de R\$ 1,5 bilhão em concessões e permissões parcialmente compensadas pelos aumentos de R\$ 3,5 bilhões no Imposto sobre a Renda, R\$ 3,2 bilhões em dividendos e participações e R\$ 1,5 bilhão na

CSLL", explica o Tesouro Nacional.

Vale ressaltar, reforça o relatório, que o ingresso maior da receita de dividendos este ano decorreu da mudança na política de dividendos dos bancos públicos, em especial Caixa Econômica Federal e BNDES, que passaram a recolher no próprio ano dividendos baseado no lucro semestral já ocorrido.

DESTAQUE

O Tesouro Nacional informa que há perspectiva de neste ano o resultado primário do governo central e do setor público ficarem abaixo das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA), que são de déficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central e de R\$ 132 bilhões para o setor público. A perspectiva é com base em leilões de petróleo, em especial o leilão do excedente da cessão onerosa, no dia 6 de novembro de 2019.

FOLHA DE S.PAULO

Ministério Público comemora decisão sobre dados fiscais, mas adota cautela

Dúvida é sobre tese que ainda será fixada pelo STF em relação aos procedimentos do antigo Coaf

Reynaldo Turolo Jr.
e Italo Nogueira

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de autorizar que órgãos de controle compartilhem com o Ministério Público dados bancários e fiscais sem necessidade de aval judicial prévio foi comemorada por procuradores e promotores, mas eles adotam cautela à espera do fim do julgamento, marcado para a próxima quarta-feira (4).

É quando será fixada a tese que sintetizará o que foi julgado e passará a nortear a atuação da Receita e do antigo Coaf — rebatizado de UIF (Unidade de Inteligência Financeira) — e também dos órgãos de investigação criminal.

Até lá, permanecem suspensas investigações que foram paralisadas desde julho por causa de uma decisão liminar (provisória) do presidente do STF, Dias Toffoli.

A apreensão maior é com o que a tese do STF dirá em relação à UIF, apesar de procuradores e promotores entendem que o resultado da votação de quinta-feira (28) já significa que todo o sistema de repasse de dados foi validado tal como funcionava.

“O conhecimento que tenho é que estamos todos aguardando o final do julgamento [antes de retomar as apurações], porque são muitas pequenas questões que têm que ser examinadas caso a caso. A nossa expectativa é que as investigações que foram suspensas voltem a tramitar”, diz o presidente da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), Victor Hugo Azevedo.

Na mesma linha, pessoas envolvidas numa investigação sobre o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) que foi suspensa afirmaram na sexta (29) que os votos proferidos já autorizam o reinício da investigação. Contudo, pretendiam aguardar a fixação da tese, na quarta que vem.

A investigação começou com um relatório da UIF que apontou movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão nas contas do ex-assessor Fabrício Queiroz, levando à suspeita da prática de “rachadinha” — apropriação de salários de servidores — no antigo gabinete de Flávio na Assembleia do Rio.

Quando suspendeu todas as investigações e ações penais do país que usaram dados de



Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, ao centro. Pedro Ladeira - 20.nov.19/Folhapress

órgãos de controle sem ordem judicial prévia, Toffoli atendeu a um pedido da defesa de Flávio. A liminar foi revogada pelo plenário do Supremo na última quinta.

No dia seguinte, o ministro Gilmar Mendes, que tinha dado a decisão que efetivamente paralisava o caso concreto de Flávio, tomando como base a liminar de Toffoli, revogou sua determinação para liberar a apuração.

No julgamento da semana passada, os ministros votaram de formas distintas em relação à Receita e à UIF.

A situação ficou mais clara quanto à Receita. Por 9 votos, de um total de 11, o Fisco poderá continuar compartilhando com o Ministério Público e a polícia suas representações fiscais para fins penais (RFFPs), incluindo integrais de declaração de Imposto de Renda e extratos bancários.

Votaram assim os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Toffoli votou inicialmente por restringir o compartilhamento total, proibindo a entrega de declarações de Imposto de Renda e extratos bancários, mas mudou de posição para integrar a maioria.

Já os ministros Marco Aurélio e Celso de Mello foram os mais restritivos nesse ponto.

proibindo qualquer compartilhamento sem aval da Justiça em respeito ao direito constitucional à privacidade.

Com o recuo para ficar no grupo vencedor, Toffoli, relator do processo, se manteve como o responsável por redigir o acórdão do julgamento, ou seja, elaborar o texto sobre o que foi decidido no plenário. Quanto à UIF, a expectativa é que a situação fique clara com a definição da tese final. Só então será possível analisar o impacto definitivo do julgamento nos casos que usaram dados da unidade de inteligência.

Apenas Toffoli e Gilmar fizeram ressalvas ao procedimento de envio dos relatórios de inteligência financeira (RIFs) pela UIF. Eles enfatizaram que os RIFs não podem ser feitos “por encomenda” do Ministério Público e da polícia a não ser quando já houver investigação formal ou tiver havido um alerta anterior da UIF sobre o alvo. Também afirmaram que há casos concretos em que o Ministério Público pediu à UIF informações por meios não oficiais, como e-mail — o que ambos destacaram ser vedado.

Os demais ministros, diferentemente, não se debruçaram sobre as ressalvas expressas por Toffoli e Gilmar ou nem sequer abordaram seus votos o tema da UIF (Marco Aurélio e Lewandowski).

As ressalvas feitas à atuação do órgão de inteligência têm semelhanças com os argumentos da defesa de Flávio Bolsonaro, que sustentou ao STF que o Ministério Público do Rio pediu informações sobre ele diretamente à UIF, inclusive com comunicações por e-mail. O MP-RJ nega irregularidades. O fato de que Toffoli redigirá o acórdão é um dos motivos para que, segundo pessoas ligadas à investigação sobre Flávio, seja adotada cautela na retomada do caso.

Para Azevedo, da Conamp, dependendo da redação da decisão final, “é possível que volte a ter algum tipo de empecilho para a livre tramitação [dos relatórios da UIF] — por isso é prudente esperar”. Ele não comentou nenhuma investigação específica.

“Na medida em que se colocam empecilhos, isso vai repercutir negativamente na atuação que o Ministério Público tem pretendido fazer nos graves crimes de lavagem de dinheiro. Agora, não dá para dizer que isso vai decorrer efetivamente da decisão tomada [no plenário] porque me pareceu que não foi essa a inclinação da maioria”, disse.

O presidente da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), Fábio George Cruz da Nóbrega, concorda. “É preciso de fato aguardar [a tese] para que se possa fazer a análise, embora tenha ficado muito claro que o sistema ficou validado.”

“Não muda nada o fato de a informação ser disseminada [de forma espontânea] para a Polícia Federal e o Ministério Público ou se isso veio de uma via inversa, de uma comunicação desses órgãos de persecução para que a UIF pudesse analisar e fazer o encaminhamento do RIF. Acheçagem que a UIF faz e os parâmetros para que encaminhe o relatório são os mesmos”, disse.

Para Nóbrega, a votação no STF “atendeu completamente às expectativas [do Ministério Público Federal]”.

Na avaliação de Azevedo, o resultado no plenário no Supremo “reverteu uma tendência” de derrotas recentes. “O tribunal vem periodicamente emitindo algumas decisões que criavam mais embaraços para a atuação do Ministério Público, e essa, de uma certa forma, reconhece que a tramitação que vinha sendo dada pelos órgãos de investigação estava adequada.”

Entenda o julgamento do Supremo

O que decidiu o STF?

Por nove votos, os ministros decidiram que a Receita pode continuar compartilhando com o Ministério Público e a polícia suas representações fiscais para fins penais (RFFPs), incluindo integrais de declaração de imposto de Renda e extratos bancários.

Também foi derrubada a liminar de Toffoli que suspendia mais de 900 investigações em todo o país que envolvem compartilhamento de dados bancários detalhados por órgãos de controle (como Receita e UIF) sem autorização da Justiça.

E quanto ao compartilhamento de dados pela UIF? Houve decisão?

O julgamento foi interrompido antes que se chegasse a uma conclusão final sobre a possibilidade de estender o entendimento à UIF (antigo Coaf).

Nova sessão está marcada para a próxima quarta-feira (4), quando será debatida uma tese para nortear a atuação dos órgãos de controle (Receita, UIF e Banco Central) quanto ao compartilhamento de dados sigilosos.

Por que o resultado, ainda que parcial, pode ser considerado uma derrota para Toffoli?

Para além da revogação da liminar (algo que o próprio Toffoli voltou atrás e defendeu em seu voto), o ministro não conseguiu convencer seus pares a estabelecer regras que restringissem o compartilhamento de dados por Receita e UIF.

Apenas Gilmar Mendes abraçou a tese da UIF, mas quatro ministros defenderam que o tema deveria ser abordado. Isso porque o caso concreto que estava sendo analisado tratava apenas da Receita, sem menções ao antigo Coaf.

Como a UIF foi parar na discussão?

Toffoli resolveu incluir a UIF ao aceitar pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) e suspender, em julho, investigações a nível nacional, incluindo a que envolve o senador. O pedido se deu no âmbito de um recurso que já tramitava na corte, mas que tratava apenas da atuação da Receita Federal.

O caso de Flávio Bolsonaro, contudo, envolve relatórios do antigo Coaf.

“O tribunal vem periodicamente emitindo algumas decisões que criavam mais embaraços para a atuação do Ministério Público, e essa, de uma certa forma, reconhece que a tramitação que vinha sendo dada pelos órgãos de investigação estava adequada”

Victor Hugo Azevedo
Presidente da Conamp
(Associação Nacional dos Membros do Ministério Público)

FOLHA DE S.PAULO

Bancos prometem abater até 90% de dívida em negociação

Agências ficarão abertas até as 20h em semana dedicada à orientação financeira

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Os maiores bancos brasileiros iniciam nesta segunda-feira (2) um programa de renegociação de dívidas. O Itaú Unibanco, o Banco do

Brasil, o Santander e a Caixa Econômica Federal prometem descontos de até 90% sobre o valor em atraso.

A ação, batizada de Semana de Negociação e Orientação Financeira, será realiza-

da até sexta-feira (6).

Nas capitais, esses bancos terão agências com horário de funcionamento estendido até as 20h. A lista pode ser consultada no site criado pela Febraban (Federação Brasilei-

ra de Bancos) para promover o programa de negociação, o www.paporetocomfebraban.com.br/negociar. O mutirão foi anunciado pela entidade e pelo Banco Central no dia 21 de novembro.

No Banco do Brasil, poderão participar os clientes pessoa física com operações de crédito vencidas há mais de 30 dias. As condições divulgadas pelo banco incluem desconto no valor do débito, parcelamento em até 120 meses e até 180 dias para iniciar o pagamento renegociado.

Nesta semana, 57 agências em capitais e no Distrito Federal terão o funcionamento estendido para esse atendimento. As operações de negociação poderão ser feitas também pelo site e pelo aplicativo do BB. O banco diz que terá juros menores e redução de até 14% nas taxas.

A Caixa Econômica Federal afirma que as condições para renegociação dependerão do perfil de cada cliente. Para empresas com crédito comercial em atraso, haverá a possibilidade de unificar os contratos e fazer um parcelamento só para todas as dívidas, que ainda poderão ser pagas em até 96 vezes.

Outras condições previstas são a realização de uma pausa no pagamento de uma prestação que esteja vencida ou a vencer e a repactuação da dívida, com novo prazo para quitação.

No crédito imobiliário, o mutuário poderá pagar uma

entrada sobre o valor que deve e incorporar o restante às demais prestações. Outra opção será pagar a entrada e comprometer-se a fazer os demais pagamentos em dia, pelos três meses seguintes. Depois desse prazo, o saldo devedor será incorporado ao restante do contrato.

Quem tiver até três parcelas do financiamento imobiliário em atraso poderá usar o saldo do FGTS para reduzir em até 80% o valor da prestação, por 12 meses. O funcionamento com horário estendido valerá para uma agência em cada capital do país.

No Santander, clientes pessoa física ou jurídica com atrasos de até 60 dias terão reduções de até 20% nas taxas. Os descontos de até 90% do valor da dívida são previstos para clientes com débitos vencidos há mais de 60 dias.

O Bradesco vai participar e informou que terá prazos e taxas diferenciadas, de acordo com o perfil dos clientes, mas não divulgou os parâmetros.

O Itaú Unibanco diz que 81 agências ficarão abertas até mais tarde. O banco promete taxas reduzidas, a partir de 1,99%, para cliente com débito vencido há mais de 90 dias. A renegociação feita pessoalmente nas agências pode dar o direito a até 90% de desconto no valor da dívida.

O Banrisul afirma que oferecerá desconto sobre o total da dívida e nos juros.

A semana de renegociação é a primeira medida concreta de um acordo firmado entre o BC e a Febraban para melhorar a educação financeira do país. O projeto tem quatro pilares, que devem ser implementados até maio de 2020.

➤ Saiba mais sobre a Semana de Negociação e Orientação Financeira

Quando

De hoje (2) a sexta (6)

Aonde ir

Consulte os bancos que ficarão abertas até as 20h em paporetocomfebraban.com.br/negociar

O QUE OS BANCOS PROMETEM*

BANCO DO BRASIL

Quem pode participar

Pessoas físicas com crédito vencido há mais de 30 dias

Descontos

- Até 92% no valor da dívida
- Até 14% nos juros

Condições de pagamento

- Até 120 meses
- Carência de até 180 dias

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Quem pode participar

Pessoas físicas com crédito vencido há mais de 30 dias

Descontos

- Até 90% no valor da dívida com mais de um ano de atraso
- Taxas a partir de 1,99% para débitos com mais de 90 dias de atraso

Condições de pagamento

- Carência de até 30 dias
- Parcelamento em até 6 vezes

ITAÚ UNIBANCO

Quem pode participar

Pessoas físicas com crédito vencido há mais de 30 dias

Descontos

- Até 90% da dívida com mais de um ano de atraso
- Taxas a partir de 1,99%

Condições de pagamento

- Carência de até 30 dias
- Parcelamento em até 6 vezes

SANTANDER

Quem pode participar

Pessoas físicas e jurídicas com dívida em atraso

Descontos

- Até 90% da dívida para atraso acima de 60 dias
- Até 20% de redução nas taxas para atraso de até 60 dias

BANRISUL

Quem pode participar

Pessoas físicas com crédito vencido há mais de 30 dias

Descontos

- 90% para pagamento à vista
- Juros a partir de 0,69% ao mês

Condições de pagamento

- Até 96 meses

*O Bradesco diz que vai participar, mas não divulgou as condições

FOLHA DE S.PAULO

Nem tão simples

Embora correto nos propósitos, regime tributário para pequenas empresas tem distorções notadas

Por décadas a defesa das micro e pequenas empresas contou com vasto apoio no debate político e econômico do país. Entretanto a quase unanimidade, se não chegou a ser burra, mostrou-se perigosa.

Hoje, amplifica-se a leitura de que a principal iniciativa de apoio oficial aos empreendimentos de pequeno porte — o Simples Nacional, um regime tributário menos burocrático e oneroso — expandiu-se em demasia e produziu distorções que comprometem as finanças públicas e a própria eficiência da economia nacional.

Reportado pela *Folha*, um dos mais recentes estudos nesse sentido, elaborado pela Escola de Direito de São Paulo e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas, compara custos do programa, elevadíssimos, com benefícios nem tão notáveis.

Não se discute o mérito dos objetivos do Simples, lançado em âmbito federal em 1996 e estendido dez anos depois, passando a substituir também o ICMS estadual e o ISS municipal. Esperou-se com isso reduzir a informalidade e estimular a criação de empregos.

Como apontam o trabalho da FGV e outros do gênero, a anomalia mais visível do regime é seu alcance tido atualmente como exa-

gerado: após sucessivos reajustes dos valores de referência, hoje beneficiam-se das normas especiais empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões anuais.

O bom senso basta para perceber que negócios com receita mensal de R\$ 400 mil não são propriamente pequenos; a experiência internacional mostra que programas de incentivo trabalham com tetos muito inferiores a esse.

Não por acaso, também o custo da iniciativa brasileira é discrepante. Neste ano, a renúncia de arrecadação está calculada em R\$ 87 bilhões, ou 1,2% do Produto Interno Bruto. Em países como França, Argentina, México e Chile, incentivos fiscais do tipo custam 0,1% do PIB.

Cria-se, ademais, uma desestímulo à expansão das empresas, dado que faturamentos acima do teto do Simples as sujeitam ao complexo e por vezes escorchantes sistema de impostos do país. Prejudica-se, dessa maneira, o crescimento da produtividade da economia.

Não é o caso, decerto, de eliminar o programa. Empreendimentos de fato pequenos devem, sim, contar com um regime diferenciado. Idealmente, uma reforma tributária deveria promover uma simplificação geral, tornando menos hostil o ambiente de negócios do país.

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data 02/12/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Expectativa de que juros vão parar de cair leva a perdas em títulos do Tesouro

Prefixados e atrelados à inflação têm rendimento negativo, mas ficam atrativos para novas aplicações.

2.dez.2019 às 2h00

[Eduardo Cucolo](#), [Júlia Moura](#)

SÃO PAULO

A expectativa de que a alta do dólar leve o Banco Central a interromper [o ciclo de corte da taxa básica de juros no início de 2020](#) fez com que as taxas dos títulos públicos voltassem a subir, após atingirem no início do novembro o menor patamar da história recente.

Toda vez que o juro do papel sobe, seu valor de mercado cai. Com isso, ele fica mais atrativo para novas aplicações, mas há uma perda para quem já tem o título na carteira.

Do ponto de vista de quem investe nesses papéis, isso significa que essas aplicações financeiras chegaram ao ponto de maior valorização por volta do dia 4 de novembro e, desde então, se desvalorizaram.

O título IPCA+ 2045, por exemplo, subiu de R\$ 802 há cerca de um ano para R\$ 1.524 no dia 4 de novembro, valorização de quase 90% em 12 meses. Na sexta-feira (29), estava em R\$ 1.377, queda de 10% desde a máxima recente.

Em termos de comparação, o título atrelado à [Selic](#) se valorizou 6% nos 12 meses encerrados em 4 de novembro e subiu mais 0,3% desde então. Esse último papel varia de acordo com a taxa fixada pelo BC. No título atrelado ao IPCA (assim como o prefixado), a taxa varia de acordo com as estimativas do mercado para a Selic no futuro.

O mesmo ocorreu com alguns fundos de renda fixa e multimercado, que fecharam o mês com rentabilidade negativa, principalmente aqueles que haviam tido ganhos superiores a 10% no acumulado de 2019.

O pico de valorização dos títulos prefixados e corrigidos pela inflação com prazos superiores a dez anos coincide com a véspera da publicação da mais recente ata do Copom (Comitê de Política Monetária), na qual [o BC deu sinais de que promoveria apenas mais um corte nos juros, de 5% para 4,5% ao ano.](#)

Antes disso, parte do mercado apostava que o BC poderia levar a taxa a 4% no início de 2020, expectativa que mudou, como pode ser visto nas taxas de juros dos títulos federais.

No auge do otimismo com os juros baixos, as taxas chegaram ao piso de 3% ao ano mais inflação para prazos de 15 a 25 anos. Agora, estão em 3,5% mais IPCA. Nas aplicações de 5 a 10 anos, o ajuste chega a 0,75 ponto percentual para cima, sinal de que os juros vão cair menos agora e subir mais à frente.

Uma mudança na carteira dos investidores no Tesouro Direto mostra que parte já trocou o alto risco e retorno dos títulos atrelados à inflação pela segurança dos papéis corrigidos pela taxa básica. Os títulos Tesouro Selic representavam 26% do estoque em outubro de 2018 e estão agora com participação de 34%.

Os títulos corrigidos pelo IPCA, por outro lado, tiveram seu peso reduzido de 59% para 48% no período. Os prefixados passaram de 15% para 18%.

"Há um mês, o mercado não precisava a alta de juros. As pessoas trabalhavam com Selic a 4,5% neste ano e entre 4% e 4,25% em 2020. Em novembro, com a expectativa de que o juros não caíam em 2020, a curva de juros abriu 0,5 ponto percentual, o que trouxe uma janela pontual de oportunidade para o investidor voltar a ter prêmio no papel", diz Carlos Nóbrega, planejador financeiro CFP da Planejar.

Nóbrega aponta que os melhores papéis para investir no momento são os prefixados com vencimento em janeiro de 2023 a janeiro de 2027, pois apresentam os maiores prêmios na curva.

"Fundos multimercado sofreram com esse movimento, pois imaginavam mais cortes de juros. O que aconteceu em novembro foi exatamente o contrário que o mercado esperava, dólar mais elevado, expectativa de mais inflação e menos queda de juros, fala do Guedes e protestos na América Latina, e a curva de juros se ajustou", diz.

"O mercado percebeu a pressão do dólar e está mais cauteloso. A Selic deve ficar em 4,5% em 2020", diz Nicola Tingas, economista-chefe da Acrefi (Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento).

"A curva virou para cima e deixou o investimento no Tesouro mais viável, especialmente os títulos prefixados e ligados ao IPCA. O mercado fez um ajuste nos prêmios, pois eles estavam muito amassados", diz Rodrigo Franchini, sócio e head de produtos da Monte Bravo.

Ele aponta, no entanto, que apostar em títulos de longo prazo oferece risco. "Dá para aproveitar, mas com cautela, sem tanta sede ao pote, especialmente nas curvas mais longas, que se sensibilizam com o risco Brasil. Se a guerra comercial continuar, com os embates políticos em torno de Hong Kong, pode impactar a curva. Fora que em 2020 temos eleições municipais no Brasil e eleições americanas, o que deve trazer mais volatilidade", diz Franchini. "No momento, o investidor deve aproveitar a curva média, até 2030. De 2035 para a frente é muita especulação."

Para Franchini, o papel ligado ao IPCA é melhor, tendo em vista a recente alta do dólar, que subiu 5,6% em novembro. "O IPCA é muito impactado pela valorização do dólar. Com o título IPCA+, você está protegido contra uma possível alta da inflação."

Daniel Linger, estrategista da RB Investimentos, diz que a mudança na curva de juros não é uma questão estrutural, mas apenas a correção de uma euforia exagerada com a possibilidade de uma queda mais acentuada nas taxas.

O estrategista não espera que esses títulos tenham novamente uma forte valorização, como ocorreu neste ano, mas também não projeta desvalorização acentuada. Para quem comprou Tesouro Prefixado ou Tesouro IPCA e pretende carregar os papéis por mais tempo, a recomendação é manter a aplicação.

"Se comprou para especular, ele pode entender que seja um momento de realização de lucro, então pode vender uma parcela e procurar algum outro ativo. Tem muita gente que vende e vem aplicando em [Tesouro] Selic ou em um título de crédito privado, para aproveitar oportunidades tanto no mercado secundário como em novas emissões, que têm apresentado um pouco mais de prêmio", diz Linger.

O economista-chefe da Nova Futura Investimentos, Pedro Paulo Silveira, afirma que a alta recente dos juros pode contribuir para que alguns investidores busquem um pouco mais de segurança nos investimentos em títulos públicos, mas destaca que isso não muda a recomendação de diversificação de investimentos com aplicações também em ações e títulos privados.

Segundo Silveira, esses últimos até [ganham atratividade com os juros mais altos de mercado](#), que influenciam o preço tanto dos títulos públicos como dos privados. "A Bolsa continua se valorizando, as emissões de títulos privados continuam fortes, e a gente vai continuar vendo esse movimento em 2020."

Após bater recorde de valorização, títulos do Tesouro perdem valor

Rentabilidade de alguns papéis do Tesouro

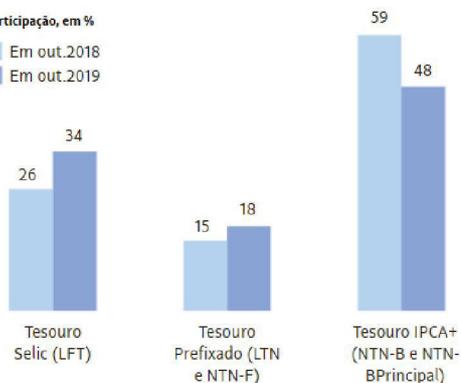
Títulos	Novembro	Outubro	No ano
Tesouro Selic 2023	0,39	0,45	5,54
Tesouro IPCA+ 2024	-1,11	2,44	17,38
Tesouro Prefixado 2025	-2,14	3,25	21,85
Tesouro IPCA+ 2035	-4,55	5,22	36,20
Tesouro IPCA+ 2045	-7,72	8,52	58,57

Papéis corrigidos pela taxa Selic ganham espaço na carteira do investidor

Participação, em %

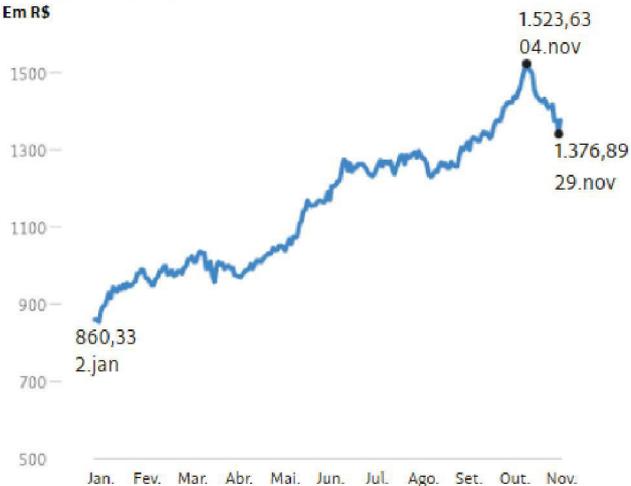
Em out.2018

Em out.2019



Varição do preço do título Tesouro IPCA+ 2045

Em R\$



Fonte: Tesouro Nacional

Puxado pelo consumo, PIB do 3º tri deve confirmar retomada

Analistas estimam avanço de 0,4%, com melhora do consumo e do investimento

Por **Árcia Martins e Thais Carrança** — De São Paulo

02/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



Sergio Vale, da MB Associados: Ainda não há sinais de recuperação consistente para toda a economia brasileira — Foto: Claudio Belli/Valor

A melhora mais espreada da atividade em setembro garantiu crescimento da economia no terceiro trimestre, depois de dois meses com sinais mistos, mas não foi desta vez que a recuperação ganhou fôlego adicional. Segundo a estimativa mediana de 35 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data, o Produto Interno Bruto (PIB) subiu 0,4% de julho a setembro em relação aos três meses anteriores, feitos os ajustes sazonais, mesmo ritmo registrado no segundo trimestre.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga amanhã o resultado das contas nacionais trimestrais. Para a comparação com o trimestre imediatamente anterior, as projeções vão desde alta de 0,2% até 0,9%. Em relação ao terceiro trimestre do ano passado, a expectativa mediana é que a economia brasileira tenha crescido 1%, magnitude idêntica à observada na medição anterior. E esse também é o ritmo esperado para o avanço do PIB na média de 2019.

De acordo com analistas, a atividade vive uma retomada, mas ainda modesta, e desigual entre os setores. Com a redução dos juros e o impulso do crédito, o maior beneficiado é o consumo das famílias, que, neste trimestre, ainda contou com o efeito inicial dos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por isso, mediana de 12 projeções aponta alta de 0,6% do consumo de julho a setembro.

A incipiente reação da construção civil tornou, ainda, a dinâmica dos investimentos um pouco mais favorável. Treze instituições projetam expansão de 1,3% da formação bruta de capital fixo (FBCF, medida das contas nacionais do que se investe em máquinas, construção civil e inovação) no período de julho a setembro.

Reação morna

Estimativas para o desempenho do PIB - em %

	3T19*	2019	2020
4E Consultoria	0,3	0,9	2,7
Arazul Capital	0,3	0,9	1,9
AZ Quest	0,4	0,9	2,5
Banco ABC Brasil	0,5	1,2	2,5
Banco BRP	0,5	1,0	2,5
Banco Fator	0,2	0,8	2,1
Banco Inter	0,5	1,1	2,5
Banco Mizuho	0,6	1,0	2,5
Banco Safra	0,4	1,0	2,3
Barclays	0,4	1,0	2,3
Bradesco	0,3	0,9	2,2
GAP Asset Management	0,4	1,0	2,5
Genial Investimentos	0,4	1,0	1,9
GO Associados	0,6	1,0	2,2
Guide Investimentos	0,4	0,9	2,4
Haitong	0,3	1,0	2,2

Ibre-FGV	0,4	1,1	2
Icatu Vanguarda	0,4	0,9	2,2
Itaú Unibanco	0,5	1,0	2,2
LCA Consultores	0,4	1,0	2,3
MB Associados	0,5	0,9	1,6
MCM Consultores	0,3	1,1	2,2
MUFG	0,5	1,0	2,8
Órama	0,5	1,0	2,3
Pezco	0,7	1,2	2,2
Rabobank	0,4	0,9	2
Reag Investimentos	0,9	0,9	1,8
Rosenberg Associados	0,4	1,0	2,5
Santander	0,4	0,8	2
Sicredi	0,3	0,9	2,4
SulAmérica Investimentos	0,3	0,9	2,5
Tendências Consultoria	0,3	0,9	1,8
UBS	0,5	0,9	2,5
Votorantim Asset	0,3	0,9	2
XP Investimentos	0,4	1,0	2,3
Mediana	0,4	1,0	2,3

1%

é quanto a economia brasileira deve ter crescido no terceiro trimestre em relação a igual período de 2018, segundo a mediana de 35 instituições financeiras e consultorias

Mesmo ritmo

Estimativa mediana para os componentes do PIB - Em %

	2T19*	3T19**
Consumo das famílias	0,3	0,6
Gastos do governo	-1	0,5
Formação Bruta de Capital Fixo	3,2	1,3
Exportações	-1,6	-2,3
Importações	1	2,4
Agropecuária	-0,4	1,8
Indústria	0,7	0,1
Serviços	0,3	0,4
PIB total	0,4	0,4

Fontes: IBGE/Instituições financeiras e consultorias. *Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, feitos os ajustes sazonais. **Previsão mediana dos analistas para o período



Por outro lado, a combinação de desaceleração da economia global, escalada da guerra comercial entre Estados Unidos e China e recessão mais forte na Argentina derrubou as exportações, que, segundo 12 economistas, recuaram 2,3% do segundo para o terceiro trimestre. Do lado da oferta, o setor mais prejudicado pela piora do ambiente externo foi a indústria, cujo PIB deve ter praticamente andado de lado no período, com alta de 0,1%, calculam 13 analistas.

A agropecuária deve ter mostrado crescimento mais sólido, ao avançar 1,8% nos trimestre encerrado em setembro, de acordo com 13 projeções de especialistas. Como o setor tem peso reduzido no PIB, no entanto, essa alta não foi suficiente para puxar a economia como um todo. Já o setor de serviços, que representa cerca de 70% do PIB brasileiro, deve ter crescido 0,4% na comparação trimestral, também de acordo com a mediana de 13 instituições.

Economistas observam, no entanto, que o terceiro trimestre conta com incerteza adicional nas projeções: é sempre neste período do ano que o IBGE divulga revisões de resultados anteriores das contas nacionais. Desta vez, a base de 2018 será revista.

O terceiro trimestre terminou com comportamento mais positivo da atividade, que cresceu no comércio, nos serviços e até na indústria em setembro, mas mesmo assim ainda não há sinais de recuperação consistente para toda a economia, avalia Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Em seus cálculos, o PIB aumentou 0,5% na passagem do segundo para o terceiro trimestre.

“Não vemos reação em todos os segmentos da economia. Isso tende a acontecer em 2020, com alguma melhora da indústria e o investimento voltando a crescer com concessões”, diz Vale. No trimestre atual, no entanto, o economista trabalha com redução de 0,6% do PIB industrial na comparação com o mesmo intervalo do ano passado.

O setor de transformação tem sido afetado pela crise argentina, que piorou e atingiu em cheio as exportações. Dentro do PIB, as vendas externas de bens e serviços devem ter diminuído 6,3% de julho a setembro, estima a MB. Os serviços, por sua vez, ganharam força no terceiro trimestre, com melhora no comportamento dos ramos de intermediação financeira, do comércio e de atividades imobiliárias, afirma Vale, para quem o PIB do setor cresceu 1,1% no período, sempre na comparação anual.

De acordo com Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter - que também estima expansão de 0,5% do PIB no terceiro trimestre - o grande estímulo à atividade tem sido a queda dos juros e a consequente retomada das concessões de crédito. Outra ajuda veio do estímulo do FGTS: os saques de até R\$ 500 de contas ativas e inativas tiveram início em setembro. Por isso, Rafaela avalia que a demanda das famílias voltou a crescer no terceiro trimestre.

Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Órama e professor de economia do Ibmec, também tem uma visão mais positiva sobre o crescimento, que deve ter ficado em 0,5% nos três meses até setembro. “O juro real muito baixo, indo para quase 1%, faz muita diferença num país com crescimento tão represado”, aponta

o economista. Essa queda é importante não só para o consumo, mas também para projetos de investimentos privados, disse, que ficam mais rentáveis.

Rafaela, do Inter, destaca, ainda, que os investimentos também devem ter bom desempenho, em razão da construção civil, cujo PIB avançou 1,9% de abril a junho. “A construção já foi uma surpresa positiva no segundo trimestre e os dados do setor para o terceiro trimestre foram bons, tanto das empresas que já divulgaram resultados, quanto no lançamento e vendas de imóveis e no crédito imobiliário.”

Além da construção, Flávio Serrano, economista-chefe do Haitong, acrescenta que a importação de bens de capital vem em trajetória de alta, o que, em suas estimativas, levou a formação bruta a aumentar 1,1% entre o segundo e o terceiro trimestres.

Na contramão, o setor externo teve impacto negativo sobre a economia, avalia Serrano, uma vez que as exportações devem ter caído 2,5% no trimestre, e as importações subiram 2,2%. Em seus cálculos, as vendas externas, já líquidas das importações, devem retirar 0,1 ponto do PIB no terceiro trimestre, mas a demanda interna dará contribuição positiva de 0,4 ponto ao crescimento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Veja as 40 mulheres mais lindas do Brasil
TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

A casa de The Rock é diferente do que você estava esperando
FINANCE BLVD

LINK PATROCINADO

O relógio inspirado no exército que está conquistando o Brasil. A ideia? Brilhante.
ELITE TACT WATCH

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

R\$ 599,99
CENTAURO

LINK PATROCINADO

Se prepare para o verão agora com lentes verdes
SHOW DE ÓCULOS

Veja em Valor Investe

VALOR INVESTE

LVMH, dona da Louis Vuitton, compra Tiffany por US\$ 16,2 bilhões

VALOR INVESTE

Ronaldinho Gaúcho é o garoto-propaganda da Frente Corretora

BNDES venderá R\$ 38,8 bi em ações no próximo ano

O BNDES traçou um cronograma inicial das próximas quatro ofertas de ações que fará em 2020, como parte de seu programa de desinvestimento

Por Flávia Furlan e Maria Luíza Filgueiras — De São Paulo

02/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) traçou um cronograma inicial das próximas quatro ofertas de ações que fará em 2020, como parte de seu programa de desinvestimento, apurou o **Valor**. O plano é vender a segunda tranche de ações da JBS, uma participação relevante em Petrobras, as ações da Copel e as da Tupy - que, considerando valores atuais, representam vendas de R\$ 30,8 bilhões.

Como a primeira tranche de oferta de JBS, inicialmente planejada para dezembro, pode ser postergada para janeiro, o montante de ações a serem vendidas por sua subsidiária BNDESPar no próximo ano deve subir a R\$ 38,8 bilhões.

A segunda tranche de JBS, também de R\$ 8 bilhões, e a oferta de R\$ 18 bilhões em ações da Petrobras devem ocorrer no primeiro semestre de 2020, com distribuição pública pelo processo mais rápido de aprovação previsto pela CVM.

No caso da petrolífera, há possibilidade de liquidar parte das ações das duas classes (ON e PN) e também ADRs (depósitos de ações em bolsa nos EUA). A posição total da BNDESPar na estatal é de quase R\$ 52 bilhões. Seguindo o cronograma, o banco encerra o ano sem ações da JBS na carteira.

A venda de ações detidas na empresa de energia Copel, cerca de R\$ 4 bilhões, também está no cronograma do primeiro semestre, mas como oferta restrita. Para o segundo semestre, ficaria a venda de ações da fundição Tupy: cerca de R\$ 800 milhões em uma oferta restrita.

“Esse é um cronograma discutido com o conselho do BNDES. Pode haver alteração conforme o desempenho do mercado e conforme a preparação das ofertas, como está ocorrendo agora com a primeira venda de JBS”, disse uma fonte. A intenção era vender essa tranche até 20 de dezembro. Os bancos foram escolhidos, no entanto, o banco acelerou a venda de ações da Marfrig, do mesmo setor, para a primeira quinzena do mês, no montante de R\$ 1 bilhão, conforme antecipado pelo **Valor**.

O plano do BNDES é reduzir sua carteira de cerca de R\$ 120 bilhões de investimentos e participações, chegando o mais perto de zero em três anos.

O banco ainda não enviou as solicitações de proposta - ou, no jargão de mercado, RFPs, sigla de "request for proposal" - aos bancos de investimento para definir coordenadores, mas já começou a abordar instituições apresentando o cronograma.

Se esse cronograma for executado, cumprirá um terço dos desinvestimentos já no primeiro ano. Procurado, o BNDES disse que "não comenta estratégia no âmbito de suas companhias investidas".

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Veja as 40 mulheres mais lindas do Brasil
TRENDSATCHERS

LINK PATROCINADO

A casa de The Rock é diferente do que você estava esperando
FINANCE BLVD

LINK PATROCINADO

O relógio inspirado no exército que está conquistando o Brasil. A ideia? Brilhante.
ELITE TACT WATCH

LINK PATROCINADO

Ar condicionado barato pega o Brasil de surpresa. A ideia é genial
COOLAIR

LINK PATROCINADO

Se prepare para o verão agora com lentes verdes
SHOW DE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

Veja em Valor Investe